

Notas sobre a genealogia e a pesquisa cartográfica

Notes on genealogy and cartographic research

Flávia Cristina Silveira Lemos, Daiane Gasparetto da Silva, Dolores Galindo, Larissa Mendes

Resumo

Por uma perspectiva mais abrangente, a genealogia cartográfica pode ser vista como uma derivação da arqueogenealogia, mas que, em razão do seu foco analítico nas relações de poder, não se alça ao lugar arqueológico tal como foi desenvolvido por Michel Foucault, a fim de evitar uma possível expectativa quanto ao uso dos conceitos arqueológicos. Assim, problematizamos, aqui, a produção de arquivos por meio da investigação que está mais relacionada ao acompanhamento de processos de construção da análise de documentos. A genealogia descola-se de uma história traçada apenas por continuidades, ancorando-se na descontinuidade e no aspecto de dispersão, abrindo as vias desviantes e o caráter de exterioridade dos acidentes.

Palavras-chave

Arquivos; Genealogia; Cartografia; Pesquisa; Psicologia.

Abstract

On a broader perspective, the cartographic genealogy can be seen as a derivation of archaeogenealogy, but which, because of its analytical focus on power relations, do not handle the archaeological site as developed by Michel Foucault, in order to avoid a possible expectation regarding the use of archaeological concepts. Thus, we question here the output files through research that is more related to accompanying documents analysis of construction processes. The genealogy off is a story drawn only by continuities, anchoring on the discontinuity and the aspect of dispersion, housing deviant ways and the external character of the accidents.

Keywords

Archives; Genealogy; Cartography; Research; Psychology.

Flávia Cristina Silveira Lemos

UFPA

Doutora em História/UNESP. Professora Adjunta IV em Psicologia Social/Universidade Federal do Pará. Atua na graduação e na pós-graduação em Psicologia/UFPA e na pós-graduação em Educação/UFPA. Bolsista de produtividade em pesquisa CNPQ-PQ2.

flavialemos@ufpa.br

Daiane Gasparetto da Silva

UFPA

Psicóloga. Mestre em Psicologia/UFPA. Doutoranda em Psicologia/UFPA.

dai_gasp@hotmail.com

Dolores Galindo

UFMT

Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia Social/PUC-SP. Professora adjunta IV em Psicologia Social/Universidade Federal do Mato Grosso.

dolorescristinagomesgalindo@gmail.com

Larissa Mendes

UFPA

Psicóloga. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Pará.

larissamendes@hotmail.com

Introdução

A genealogia se refere ao acoplamento do conhecimento com saberes locais, que “[...] permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais”. Ela ativa as memórias locais, descontínuas, desqualificadas, não legitimadas contra os métodos dos saberes universais, os quais pretendem hierarquizar e ordenar as práticas sociais (FOUCAULT, 1979, p. 171).

Em outras palavras, a genealogia refere-se a um conjunto de procedimentos técnicos utilizados para realizar descrições, análise e problematizações, mas é uma ferramenta usada para explicitar e interrogar determinadas práticas e os seus efeitos cotidianos sobre os corpos e na constituição das relações entre os acontecimentos.

Com efeito, a genealogia cartográfica pode ser vista como uma relação de grande proximidade com a arqueogenealogia. Assim, a cartografia como diagrama de forças está articulada com produção de arquivos por meio da investigação definida como um acompanhamento de processos.

A genealogia, segundo Foucault (1979), ao estar atenta às marcas e sutilezas que compõem o objeto, bem como às forças ligadas à sua configuração, aproxima-se das pesquisas de proveniência e emergência, contrapondo-se às de origem, que tem como intenção encontrar indícios causais de aparecimento de certos objetos.

Nesse sentido, para o autor, a perspectiva genealógica se debruça sobre um embaralho de pergaminhos, nos quais há várias (re)escritas, que exigem minucioso trabalho na análise de suas singularidades e da heterogeneidade que está em constante movimento.

Ao distanciar-se da construção de um saber absoluto, a genealogia descola-se de uma história traçada apenas por continuidades, ancorando-se na descontinuidade e no aspecto de dispersão, abrigando as vias desviantes e o caráter de exterioridade dos acidentes. Por se deter ao que se inscreve na superfície dos acontecimentos, não se vincula aos estudos das profundidades, mas às pequenas mudanças (DREYFUS; RABINOW, 1995).

Segundo Lobo (2012), os itinerários genealógicos, os quais se relacionam às práticas discursivas e não discursivas, caracterizam-se por fragmentações, operando de acordo com a lógica de verificação ou da descoberta, a qual tradicionalmente se volta para a verdade metafísica, essencialista.

No que diz respeito especificamente às práticas que estão em análise no trabalho genealógico, é importante ressaltar que, na óptica de Foucault, elas são condizentes à racionalidade ou à regularidade “[...] que organiza o que os homens fazem [...], que tem um caráter sistemático (saber, poder, ética) e geral (recorrente) e, por isso, constituem uma ‘experiência’ ou um ‘pensamento’” (CASTRO, 2009, p. 338).

De acordo com Castro (2009), as práticas discursivas referem-se às regras que em um dado tempo e espaço propiciam o surgimento de certos enunciados, enquanto, as práticas não discursivas são relativas às relações de poder que também favorecem a existência de alguns saberes. A genealogia foi definida, assim, como uma anticidência (por questionar as supostas verdades científicas lançadas desde um prisma positivista).

A verdade tem uma política, a qual é fruto de um sistema de sujeição, por exemplo: os saberes chamados de ciência. A denominação: científico já é resultado de lutas e batalhas, travadas pela hierarquização da verdade (FOUCAULT, 1999). Nesse sentido, de acordo com Zambenedetti e Silva (2011), as relações de saber e poder surgem, a partir de uma configuração delimitada de forças, múltiplas e heterogêneas, em uma conjugação ao acaso. Essas forças formam um mapa, um diagrama por encontros indeterminados.

Algumas ferramentas na arqueogenealogia

A genealogia recusa causalidade mecanicista de objetos constantes no tempo e no espaço, bem como rejeita partir de um idealismo subjetivista metafísico. A verdade tem condições históricas de possibilidades e não está aí para ser desvelada e descoberta ou para ser verificada por instrumentos de medição.

Está em jogo, uma perspectiva de ruptura com estados antecedentes e originais perfeitos a serem restaurados e com setas que caminham para um futuro de evolução como fim de uma continuidade linear, em um tempo cronológico, na história enquanto progresso.

Segundo Foucault (1979), a identidade da história metafísica estava assentada na busca de raízes, sustentadas pelo ressentimento e continuidade temporal. Somente a análise da proveniência enquanto força de dispersão das origens e das teleologias poderia favorecer a problematização das práticas descontínuas a favor do tempo e contra o tempo. A proveniência não está na unidade do autor e da obra, nem da raiz e na origem ou na utopia e sim na heterogeneidade e na produção da diferença, afetando os corpos, na materialidade dos mesmos.

O conceito de poder abordado nos estudos de Foucault, segundo Dreyfus e Rabinow (1995), ajuda a interrogar os engendramentos das práticas sociais. Desse modo, manter a criticidade acerca da questão do poder, o importante é ter em vista a forma como ele se exerce, em detrimento da procura por sua origem de caráter linear, metafísica e ontológica.

Tendo em vista que o poder se exerce em âmbito relacional, Foucault (1999) sublinha que se trata de uma relação de força, não pode ser dado, nem trocado, tampouco retomado. Considerando que, a guerra continuada por meios diferenciados, o poder, enquanto política deve ser sempre analisada pelas relações de forças estabelecidas nos/pelos combates, em distintos momentos da história, no intuito de encontrá-lo nos interstícios da sociedade que abriga os enlaces políticos nas minúcias dos gestos, nas alianças e nas lógicas de governo.

Por tal razão, é importante ter em vista o modo como o poder se exerce em práticas concretas que legitimam uma pretensa defesa da sociedade, em função de políticas as quais separam grupos sociais, formam objetos e domínios, constroem verdades e maneiras de examinar, forjam juízos e sujeições, ao mesmo tempo em que operam pelas resistências no mesmo jogo de saber e de poder em que se efetuam (FOUCAULT, 1999), já que tal exercício é da ordem de uma dinâmica que nunca cessa.

Nessa direção, amparando-nos em Foucault (1979), destacamos o quanto os saberes locais são descontínuos, difusos nas lutas. O olhar genealógico que não totaliza sua análise, tampouco desconsidera as resistências presentes nas relações. O trabalho de análise histórica seria embasado em uma crítica local, em que o intelectual é específico e realiza totalizações e não sistematiza teorias gerais, amparadas em universais e/ou conceitos abstratos que abarquem possibilidades ilimitadas de uso com fins de aplicação utilitarista. A genealogia não é uma generalização nem um universal.

Um dos princípios metodológicos da genealogia é pontuar as resistências como parte dos jogos de poder, de saber e subjetivação, pois onde há poder sempre há margem para resistir. Um segundo alerta é não localizar o poder no Estado e na classe social ou em alguém visto como proprietário, na medida em que poder é ação sobre ação, é força agenciada com muitas outras forças, móveis e reunidas ao acaso dos encontros (Foucault, 1988).

Outra precaução metodológica, a terceira seria não pensar o poder apenas como repressão e opressão, a dominação é apenas o efeito das

relações dinâmicas, articuladas em cristalizações das práticas. O poder circula entre os corpos e só pode operar em espaços de liberdade. Em algumas situações, pode desembocar em processos de estatização e, ainda ser limitado pela violência e escravidão, onde já praticamente não há como resistir.

Ao pensar o fazer genealógico no campo da Psicologia Social, observa-se o caráter crítico que se estabelece com as estratégias de problematização, as quais quebram a forma cristalizada de um sujeito marcado por um viés psicologizante tradicional. De acordo com Eduardo Cunha (2014, p. 39), “[...] a contribuição de Foucault à psicologia encontra a sua potência precisamente na indicação da incidência ético-política do fazer psicológico”, o que indica a importância da postura que se toma, tendo em vista as ferramentas foucaultianas e não simplesmente a glorificação cega do autor, o que poderia conduzir à normalização acrítica de suas proposições.

Nessa perspectiva, a genealogia pode auxiliar na construção do que foi chamado de uma “ultrapassagem da psicologia”, relativa às mutações relevantes para a quebra de um viés positivista de ciência e também de um modelo da consciência, baseado no fenômeno da essência e aparência.

A genealogia visa dissipar a identidade e supostas raízes da mesma, vinculada às tradições do passado. Nesse sentido, se preocupa com a emissão de singularidades, atravessando os corpos, introduzindo o descontínuo no próprio ser, como afirmou Deleuze (2005).

E é pelo fato de, no intermédio entre história e corpo, estar presente a genealogia, que se torna importante estudar os testemunhos atinentes ao corpo enquanto superfície de inscrição dos acontecimentos, considerando para tanto a história “efetiva” (FOUCAULT, 1979), ou seja, aquela por meio da qual a descontinuidade é colocada no ser para criar a diferença.

Com certeza a história faz parte de seu método. Mas Foucault nunca virou historiador. Foucault é um filósofo que inventa com a história uma relação inteiramente diferente que a dos filósofos da história. A história, segundo Foucault, nos cerca e nos delimita; não diz o que somos, mas aquilo em que estamos em vias de diferir; não estabelece nossa identidade, mas a dissipa em proveito do outro que somos (DELEUZE, 1992, p. 119).

Deleuze e Guattari (2014) designaram essa prática como um gaguejar na própria língua para realizar um estranhamento da mesma a fim de abrir-se ao olhar estrangeiro e despregar-se das naturalizações que colam nos corpos e subjetividades. De acordo com Sforzini (2014), na pesquisa documental trava-se uma batalha no corpo, marcado pela história de forma a fazer a escrita de outras histórias abertas às multiplicidades das maneiras de viver e ser.

Por essa proposta, a pesquisa genealógica atua sobre os corpos constituídos no processo de subjetivação, no jogo de poder microfísico que, segundo Machado (2012, p. 14), “[...] intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e se situa no nível do próprio corpo social, e não acima dele”.

Foucault (DELEUZE, 2005) salientou que seu objeto de estudo era o arquivo e não a linguagem. Assim, analisou historicamente a produção política da verdade, a qual permita pensar as diferenças no presente. A arqueologia é a descrição do arquivo sem recorrer à soberania do sujeito e a continuidade temporal que era correlata à consciência de um suposto objeto.

Em decorrência desse procedimento, Foucault (2005) propõe que o arqueólogo percorra com atenção a ordem do discurso que foi criada, em uma temporalidade dispersa, em seu sistema de repartição, descrevendo os conceitos sem buscar coerência entre eles. Por isso, Veyne (1998) afirma a relevância da não fazermos dos conceitos e metodologias tipos ideais

universalizados. Para este historiador, é crucial trabalharmos com uma história que não deixe de atuar com conceitos, mas para deslocá-los dos lugares de essência e historicizá-los para efetuar resistências.

O arqueólogo não busca conceitos gerais e abstratos e sim os analisa em um jogo de aparição e deslocamento. Demarcar quais seriam as correlações entre os temas e as transformações ocorridas é importante bem como levantar o espaço comum entre os conceitos e os temas que foram relacionados. Perguntar-se sobre a formação dos objetos nas condições de possibilidades da emergência dos mesmos é relevante para uma análise da descontinuidade histórico e romper com qualquer ideia de identidade de um objeto contínuo no tempo (FOUCAULT, 2009).

Há uma exterioridade do discurso e não uma lógica interna baseada em intencionalidades. Os discursos são práticas e quem fala se posiciona por um estatuto, um lugar de onde fala, o qual está articulado aos lugares institucionais ocupados. Já, as modalidades enunciativas estão vinculadas às ordens do discurso em termos de comentário, sociedades do discurso e doutrinárias etc.

Para Foucault (2004), analisar o princípio do comentário é importante para efetuar uma ontologia crítica de nós mesmos, pois a repetição de enunciados funciona pela lógica de um conjunto de autores hierarquizados pelos controles discursivos. Outro ponto relevante é a interrogação da formação das disciplinas e como essa organização dos saberes de forma disciplinar visa criar uma ideia de unidade discursiva para o que de fato é disperso.

Ainda vale observar a tática apresentada por Foucault (2004) da interrogação dos controles exercidos pelas sociedades doutrinárias e pelas sociedades do discurso dogmáticas. Ambas, selecionam alguns discursos e interdita outros, censuram alguns e qualificam outros. Nesse sentido, há um conjunto de práticas de rarefação/filtros e vigilâncias, às quais visam impedir a variação e diferenciação dos enunciados.

Ainda Foucault (2009) desta que é importante assinalar se houve tradução na análise das modalidades enunciativas, as técnicas usadas para enunciar, a maneira da escrita dos enunciados e da reescrita dos mesmos, a sistematização e a síntese dos enunciados.

Construindo mapas: a cartografia como operador metodológico

Deleuze e Guattari (1995), ao elaborarem a noção de rizoma – caracterizado pela possibilidade de conectar diversos pontos em ramificações que se dão em direções variadas –, estipularam a cartografia como um dos seus princípios. Para os autores, em virtude de sua ênfase na manifestação das multiplicidades, ela se diferencia do decalque, já que este, ao colar formas pré-existentes no que surge como novo, reproduz sistemas de entendimento, ignorando aspectos singulares.

Diante de seu caráter processual, não focado em produtos finais, a cartografia permite transformações no campo de pesquisa e questionamentos a respeito das disputas e separações provocadas por determinadas áreas do saber (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011), o que a caracteriza como um mapa em movimento, o qual acompanha percursos, ao mesmo tempo em que propicia o envolvimento na produção das conexões das linhas (PASSOS; KASTRUP; ESCÓCIA, 2009). Nesse plano de forças, “a lógica de um pensamento é como um vento que nos impele, uma série de rajadas e de abalos. Pensava-se estar no porto, e de novo se é lançado ao mar, como dia Leibniz [...]” (DELEUZE, 1992, p. 118).

Com o amparo desse operador, os dados, ao invés de coletados, são produzidos com base no que já estava presente de um modo virtual

(KASTRUP, 2009), o que demonstra a importância da esfera sensível daqueles que realizam a pesquisa como elemento de criação, uma vez que tal produção é proporcionada pelos encontros de diversos fatores, como, por exemplo, entre o campo e os responsáveis pelo estudo, junto ao seu arcabouço conceitual (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011).

Embora uma de suas marcas seja a esfera de liberdade ao longo da experimentação, o trabalho cartográfico, de acordo com Passos, Kastrup e Escócia (2009), não se dá sem rigor, já que a conduta ética se faz presente no envolvimento com os acontecimentos e nas ações interventivas. Assim, todas as pesquisas podem ser vistas como intervenção, à medida que, em um mesmo plano de produção, estão agenciados sujeitos e objeto a partir da experiência.

Em face desses atravessamentos, os quais aliam: ética e política na pesquisa, é aberto um espaço para o surgimento de rupturas e de uma perspectiva crítica ao que se produz. Dentre os pensamentos expostos ainda pelos autores citados acima, vale a pena ressaltar o conceito de transversalidade com base no qual foi elaborada a definição do método cartográfico que opera pela composição do plano por linhas transversais, além das verticais e horizontais, resultando, assim, na comunicação de toda a realidade. Enfatiza Gallo (1997, p.126):

Podemos, assim, tomar a noção de transversalidade e aplicá-la ao paradigma rizomático do saber: ela seria a matriz da mobilidade por entre os liames do rizoma, abandonando os verticalismos e horizontalismos que seriam insuficientes para uma abrangência de visão de todo o "horizonte de eventos" possibilitado por um rizoma.

Nesse sentido, a transversalidade auxilia o trânsito durante a elaboração da cartografia, tornando mais difusas as zonas de contato entre diferentes elementos e provocando intensidades afetivas a partir dos encontros em campo. Além do que já fora apresentado acerca do fazer cartográfico, torna-se interessante destacar, na perspectiva de Kastrup (2009), como o rastreamento, o toque, o pouso e o reconhecimento atento podem estar difusos no modo como a atenção se dá com base nesse operador.

Ao tomar o problema como norteador, é preciso estar aberto para rastrear o que se mostra em movimento, acolhendo as mudanças que se manifestam nos objetivos, nas atitudes, bem como no andamento da pesquisa, que pode imprimir qualidades outras no tempo. Em virtude da importância do foco em alguns fatores que contribuem para o alcance do que o estudo se propõe, o toque auxilia a eleger certos detalhes que merecem destaque, contando, para tal, com o aspecto sensitivo que também faz parte do processo.

Na procura por esses enquadres, faz-se necessário pousar, delimitando um campo por intermédio de alterações no olhar que, diante de sua potente amplitude, deve se arriscar nos ajustes, favorecendo, portanto, o reconhecimento atento, o qual diz respeito a um retorno ao objeto, no que tange à ênfase da investigação e não aos seus fins utilitaristas.

A partir dos conceitos de genealogia e cartografia expostos anteriormente, é oportuno enfatizar que os "saberes sujeitados" podem ser trazidos à tona genealógicamente, já que o "fazer com" de nossas pesquisas possibilita olhares diversos sobre a realidade e seus respectivos atravessamentos. Já a cartografia, enquanto propriedade rizomática, procura maximizar a percepção das conexões existentes entre os diversos acontecimentos.

Como cartografar o errante sem prendê-lo em descrições lineares? No livro *Pesquisar na diferença: um abecedário* pode-se sacudir e desconstruir a caixinha de perguntas de uma pesquisa, cujos parâmetros operam pelas linhas duras de um estudo demarcado passo a passo. Com efeito, deslocar

esse modo de acionar os conceitos e as problematizações vale à pena com o objetivo de desnaturalizar práticas em prol da potencialização dos processos. Assim, o verbete escutar pode nos auxiliar, pois, segundo Arantes define (2012, p. 93):

[...] é uma alegria, é se deixar afetar pelos ruídos e barulhos do mundo, pelo estalar dos dedos em noite fria ao redor da fogueira e pelos sentidos que se aguçam à proximidade dos corpos com suas cores, cheiros, texturas, rugosidades e asperezas, adivinhando, no avermelhado da cor, no zumbido das abelhas e no perfume que exala a madurez da fruta, ainda no pé.

Ora, assim, a história problema é batalha, astúcia, rapina, luta contínua e o pensar permite criar problemas, posicionando as perguntas no campo dos jogos estratégicos entre saberes, poderes e subjetivação. A resistência só pode se dar no mesmo diagrama de forças em que as linhas dos discursos, das instituições e das subjetividades se ancoram e deslizam, em movimentos sem cessar.

A atitude crítica da história problema funciona no questionamento da metafísica das significações ideais, em prol da análise das práticas concretas, na empiria e pragmática em que se situam, em termos de emergência dos acontecimentos, múltiplos e singulares. A arte de perguntar e de como construir os problemas é uma tática nos estudos históricos e na preocupação em produzir diferença ao invés de cair no logocentrismo, na semelhança e na essência tão presentes no platonismo, atualizado pelo cientificismo e pela história tradicional.

Deleuze (2013) salienta que se trata de não carregar a vida com o peso o heroísmo ou de que alguns valores seriam superiores a outros. Ora, mais vale fabricar perguntas pelo pensar do que se preocupar em elaborar respostas para fazer diferir e proliferar as forças ao invés de julgá-las hierarquicamente. Entrar em deriva e sair das filiações e heranças da história tradição e de um tribunal do passado facilita a problematização dos acontecimentos na raridade que os constitui.

É possível afirmar que a atitude crítica implica forjar um perspectivismo, um ethos modulador de uma postura do pensar os acontecimentos, de acordo com Deleuze (2005). O exercício crítico do pensamento é da ordem da instauração de uma distância crítica problematizadora, a qual permite pensar os acontecimentos por meio das perguntas históricas. “A arte de construir um problema é muito importante: inventa-se um problema, uma posição do problema, antes de se encontrar uma solução” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 9).

Considerações finais

Para corpos errantes, uma pesquisa errante na qual a problematização entra em cena como recurso questionador das cristalizações sociais. A genealogia, por sua vez, nos diz das condições de emergência e proveniência dos acontecimentos. Deleuze (2005, p. 19) salientou que analisar as posições de sujeito não é ativar um “eu primordial do qual o enunciado derivaria”. O autor e sua obra são interrogados historicamente pela crítica de Foucault à personalidade e ao ser da linguagem.

O arquivo se torna um mapa e cada sociedade tem os seus diagramas fluidos e móveis, em redes de alianças, dispositivos constituídos por singularizações e diferenças, atualizadas em visíveis e dizíveis. Portanto, “há uma história dos agenciamentos, assim como há um devir e mutações de diagrama” (DELEUZE, 2005, p. 51).

Há de se percorrer um método serial, analisando as curvas, os cortes, as multiplicidades de níveis e as correlações entre práticas discursivas e não discursivas. Kant, segundo Foucault (2010, p. 21), faz nascer outro tipo de questão e de interrogação na filosofia que não aquela ligada às condições em que um conhecimento verdadeiro é possível:

É uma tradição que coloca a questão de: o que é a atualidade? Qual é o campo atual das nossas experiências? Qual é o campo atual das experiências possíveis? Não se trata, nesse caso, de uma analítica da verdade. Tratar-se-ia do que poderíamos chamar de uma ontologia do presente, uma ontologia da atualidade, uma ontologia da modernidade, uma ontologia de nós mesmos.

É pensando nessa prática, como o fazer do homem dentro da história, que a questão do poder aparece como fundamental para se pensar os processos de objetivação e subjetivação, a partir de uma ontologia do presente, ou seja, uma história da atualidade. O fazer genealógico não se atrela à extração de uma verdade tal como essência nem descobri-la, escondida por trapaças e armadilhas.

Ao contrário, permite demarcar a singularidade de cada acontecimento e a raridade das práticas, às quais produzem os objetos dos quais falam. Os saberes foram inventados e possuem uma história, são dispersos e as relações forjadas entre eles sempre é da ordem do arbitrário de qualquer interpretação.

Assim, é seguindo pelas fronteiras não tão precisas da escuta que estranha e do mapeamento da descontinuidade histórica que, de acordo com Batista (2012), o questionamento inicial de uma pesquisa se transforma e provoca na metodologia uma (de)formação.

A quebra do homem universal e sujeito da consciência também foi proposta por Deleuze (2005), ao propor a história enquanto devir, ou seja, história acontecimental como importante para pensar a produção da diferença. O devir é um tempo descontínuo e que atualiza forças, forjando novas relações e mapas da sociedade e das subjetividades sem colar-se às mesmas. Esse ato traz a possibilidade de fazer da descontinuidade histórica uma trama e um conjunto tenso de enredos, os quais foram marcados por práticas datadas, singulares e que ocorreram em um lugar e em um tempo específico.

Sobre o artigo

Recebido: 11/04/2015

Aceite: 02/05/2015

Referências bibliográficas

ARANTES, E. M. M. Escutar. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. (Org.). **Pesquisar na diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 93-96.

BATISTA, V. M. Questionar. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L. do; MARASCHIN, C. (Org.). **Pesquisar na diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 199-201.

CASTRO, E. **Vocabulário Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

- CUNHA, E. L. Quais os limites de uma psicologia de inspiração foucaultiana? **Revista Cult**. São Paulo: Editora Bregantini, n. 191, p. 37-39, 2014.
- DELEUZE, G. **Diferença e Repetição**; Tradução Luis Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DELEUZE, G. **Conversações**, 1972 – 1970. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, G. **Diálogos**. Lisboa: Relógio D'Água, 2004.
- DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia** (vol. 1). Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka: por uma literatura menor**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2014.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. Trad. de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.
- DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I. A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2004.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, M. **A coragem da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- GALLO, S. Conhecimento, transversalidade e Educação. Para além da interdisciplinaridade. **Revista Impulso**, Piracicaba: UNIMEP, v. 10, n. 21, p. 115-133, 1997.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- KASTRUP, V. Pista 2: O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓCIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 32-51.
- LOBO, L. F. Introdução. Pesquisar: a genealogia de Michel Foucault. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C.I. (Org.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 13-19.
- MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012, p. 7-34.
- PASSOS, E.; BARROS, R. B. Pista 1: A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓCIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 17-31.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓCIA, L. Apresentação. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓCIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 7-16.
- SFORZINI, A. **Michel Foucault. Une pensée du corps**. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.
- VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Brasília: UNB, 1998.

WHITE, H. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: EDUSP, 1994.

ZAMBENEDETTI, G.; SILVA, R. A. N. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 23 n. 3, p. 454-463, 2011.